

Educação no DF e Entorno depende da integração de governos 6



Gerardo Magela/Agência Senado

José Frederico Lyra Netto, Rodrigo Rollemberg, Célio da Cunha e Rodrigo Garcia (D) durante audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.634 – Brasília, terça-feira, 10 de abril de 2012



## Comissões articulam votação de pacote para ajudar estados

Presidentes das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos pretendem colocar em votação o projeto que combate a guerra fiscal ao uniformizar alíquotas interestaduais de ICMS, além de redistribuir o imposto no comércio eletrônico e mudar o indexador da dívida

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira, disse que há acordo com o presidente da CAE, Delcídio do Amaral, para votar o conjunto de medidas destinado a assegurar aos estados maior capacidade de investimento, equilíbrio nas contas e justiça tributária. As mudanças

deverão ser introduzidas no projeto de resolução do Senado (PRS 72/10), de Romero Jucá, que poderá ser analisado pelas duas comissões amanhã. Caso seja aprovada, a proposta poderá seguir no mesmo dia para votação no Plenário, em regime de urgência. 5



Gerardo Magela/Agência Senado

Cristovam Buarque fala em debate sobre mobilidade urbana coordenado por Paulo Paim (D)

As saídas para o trânsito caótico 4

Especialista alerta para terrorismo 7



Moreira Mariz/Agência Senado

Comissão de Relações Exteriores, presidida por Fernando Collor (C), debate ameaças externas

Começa a coleta de apoios a CPI sobre Cachoeira e parlamentares 3

Duas MPs começam a tramitar no Congresso 5

Comissão fará debate sobre acidentes de trabalho 7



Lira de Paula/Agência Senado

Frederico Marcondes Felipe, senador Vicentinho Alves, Carlos Eduardo Pellegrino e Ronaldo Jenkins durante audiência

Acidentes aéreos crescem no país, aponta debate 7

especial  
Cidadania

Quando a aposentadoria é sinônimo de prejuízo

O fator previdenciário é um mecanismo que, desde 1999, reduz o valor do benefício recebido pelos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição com o INSS, antes da idade mínima. A perda chega a 50%. 8

Em sessão especial pelo aniversário da Associação dos Juizes Federais do Brasil, senadores e magistrados fizeram um balanço das conquistas e desafios do sistema judiciário brasileiro

# Associação de juizes recebe homenagem pelos 40 anos

AO COMEMORAR OS 40 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a atuação da entidade no aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e na luta pelos direitos humanos.

Entre os projetos da Ajufe, Alvaro citou a Expedição da Cidadania, instituída em 2009 para levar justiça gratuita a pessoas residentes em locais de difícil acesso. O senador informou que o programa já atendeu mais de 6 mil pessoas carentes, em especial populações indígenas e ribeirinhas, e disse também que a Ajufe tem papel importante no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. Alvaro disse considerar a situação brasileira preocupante nesses quesitos.

Ana Amélia (PP-RS) pediu aos juizes pressa no julgamento sobre o Instituto Aerus de Seguridade Social. Cerca de 10 mil aeronautas e aeroviários pedem a integralidade de pensões e aposentadorias. O fundo quebrou com a falência da Varig, em 2010.

## Modernização

Na opinião do presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, é preciso modernizar a Justiça, ampliando o número de cargos e criando novos tribunais regionais federais. Ele pediu urgente aprovação do projeto que cria estrutura para turmas recursais dos juizados especiais federais e respectivos cargos de juiz federal (PL 1.597/11) e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/02, que amplia o número

de tribunais regionais. Os dois projetos aguardam votação na Câmara.

O presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, lembrou que os preceitos constitucionais devem ser convertidos em políticas públicas de governo.

Também participaram os ministros do Superior Tribunal de Justiça Massami Uyeda e José de Castro Meira; os presidentes da Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal, José Barroso Filho, que também representou a Associação dos Magistrados Brasileiros, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna; e o vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima.



José Barroso Filho, Carlos Ayres Britto, senador Alvaro Dias Gabriel Wedy durante sessão especial realizada ontem

## História de luta por uma Justiça mais forte

A Ajufe foi fundada em 20 de setembro de 1972. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que congrega os magistrados da Justiça Federal. Apesar de não ser filiada a nenhuma outra entidade nacional de representação de juizes, defende a permanente colaboração

entre tais órgãos em defesa dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira.

Com sede e foro em Brasília, a associação tem o objetivo de congrega todos os magistrados federais de primeiro e segundo grau, bem como os ministros do STJ e do STF, representando-os com exclu-

sividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente.

Entre as metas principais da Ajufe, estão a busca pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes e a luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena observância dos direitos humanos.

## Vicentinho elogia eleição de Cármen Lúcia para o TSE

A eleição da ministra Cármen Lúcia para a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi comemorada por Vicentinho Alves (PR-TO).

— A escolha de uma mulher para ocupar o comando do tribunal encarregado de dirigir as eleições em todo o território nacional não é pouco, nem é fato corriqueiro. É mais uma constatação de que as mulheres podem dirigir qualquer espaço de administração pública e de que a época das limitações

felizmente acabou — disse.

O senador disse admirar a “postura digna” que Cármen Lúcia tem adotado no TSE e no Supremo Tribunal Federal (STF), em favor da moralidade administrativa, da lisura das eleições e da efetividade dos direitos fundamentais. Elogiou o trabalho de Ricardo Lewandowski, atual presidente do TSE, cujo mandato expira em maio, e o de Ayres Britto, escolhido para comandar o STF, por seu compromisso com o



A época das restrições às mulheres felizmente acabou, diz Vicentinho

“constitucionalismo fraternal”.

Vicentinho pediu que os novos presidentes do TSE e do STF encaminhem ao Congresso uma proposta de atualização da Lei Orgânica da Magistratura.

## FGV divulga resultados preliminares da primeira fase do concurso do Senado

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora do concurso do Senado, divulgou o resultado preliminar das provas objetivas para os cargos de consultor, analista, técnico e policial legislativo.

Além de consultar a listagem geral, os candidatos também podem fazer a consulta

individualizada. O concurso tem vagas para nível médio e superior, com remuneração de R\$ 13.833,64 (técnico e policial), R\$ 18.440,64 (analista) e R\$ 23.826,57 (consultor).

Mais informações no site da FGV, pelo telefone 0800-2834628 e pelo e-mail [senado11@fgv.br](mailto:senado11@fgv.br).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário Precatórios

14h O primeiro item da pauta de votações da sessão deliberativa é a proposta que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro deste ano.

### Presidência Ayres Britto, ANP e Cármen Lúcia

10h30 O senador José Sarney recebe o ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto; às 11h, a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biotecnologia, Magda Maria de Regina Chamberiari; às 12h, a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia; o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Fernando Marcondes. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CMA Ocupação e proteção do Cerrado

8h30 Audiência pública para debater a ocupação do Cerrado brasileiro e fornecer subsídios para a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma Cerrado. Em seguida, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos.

### CE Lei Geral da Copa

10h O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, participa de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater a organização da Copa do Mundo de 2014 e a Lei Geral da Copa.

### CAE Imposto de Renda sobre imóveis

10h Entre os 15 itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está o projeto que amplia o prazo de isenção do Imposto de Renda incidente sobre o ganho de capital decorrente da venda de imóvel residencial, caso o contribuinte adquira outro imóvel residencial.

### CPI da Mulher Como monitorar dados sobre violência

14h A sistematização e o monitoramento de dados de violência contra as mulheres é tema de debate na comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher. Participam da audiência grupos de estudo da Universidade de São Paulo, da UnB, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Observatório Lei Maria da Penha.

### CMMC Início dos trabalhos

14h Instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

### CDR Segurança em cruzeiros

14h A segurança dos participantes de cruzeiros marítimos no Brasil será debatida em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Entre os convidados, o ministro do Turismo, Gastão Vieira.

### Ética Eleição do presidente do conselho

14h Reunião para escolha do novo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

### CMO Análise de requerimento

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no Plenário 2 da Câmara, para examinar, entre outros itens, requerimento para a realização de audiência pública para debater o tema “Parlamento aberto”.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Iniciativa surgiu depois que o Supremo Tribunal Federal negou acesso aos autos do inquérito que investiga o senador Demóstenes Torres

# Começa coleta de assinaturas para CPI sobre Cachoeira e parlamentares

QUATRO SENADORES PEDIRAM ontem a instalação de CPI para investigar o envolvimento de Demóstenes Torres (sem partido-GO) e outros parlamentares com Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso por exploração de jogos ilegais. Walter Pinheiro (PT-BA), Wellington Dias (PT-PI), Pedro Taques (PDT-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR) apontaram a CPI como alternativa do Congresso diante da negativa do Supremo Tribunal Federal (STF) em disponibilizar ao Conselho de Ética e à Corregedoria do Senado acesso aos autos do inquérito que investiga Demóstenes.

Pinheiro, que é líder do PT, e Randolfe Rodrigues (AP), líder do PSOL, já estão coletando assinaturas para instalar a CPI. O líder petista disse que a iniciativa em prol da instalação da comissão é consenso entre os 13 senadores do partido.

— Vamos instalar uma CPI, que é constitucionalmente a instância apta a receber essas informações que tramitam em segredo de Justiça. O Senado tem de esclarecer esses fatos, até porque é de interesse da instituição livrar-se da pecha de que é corporativista e



Pinheiro diz que a bancada do PT já começou a coleta de assinaturas



Wellington Dias afirma que a investigação não distinguirá partidos



Taques é autor do requerimento de dados, que foi negado pelo STF

seletiva em suas investigações — afirmou o líder do PT.

Confirmando o anúncio feito por Pinheiro, Wellington não soube dizer quantas assinaturas pode conseguir para a abertura da CPI, mas lembrou que alguns partidos já manifestaram posição favorável. O senador negou que a CPI seja contra um ou outro partido:

— É para investigar tudo o que tiver que investigar, seja de qual for o partido — disse.

Wellington chegou a ser apresentado pelo PT como candidato à presidência do Conselho de Ética do Sena-

do, cargo atualmente vago. Ele lembrou que a indicação, de acordo com o Regimento Interno, cabe ao PMDB, mas voltou a colocar seu nome à disposição caso o partido retire sua candidatura.

Taques informou que a hipótese de instalar a CPI foi levantada após o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ter enviado ofício ao presidente do Senado, José Sarney, informando que o STF negou o compartilhamento dos dados sigilosos do inquérito. O documento, lido por Ana Amélia (PP-RS), é uma

resposta ao requerimento de Taques e de Randolfe. O pedido foi indeferido pelo ministro Ricardo Lewandowski.

Alvaro manifestou apoio imediato à sugestão de Taques. Para ele, os documentos que “estão sendo escondidos” protegem autoridades que não podem ser expostas ao escândalo que envolve Carlinhos Cachoeira.

— Eu tenho convicção de que a ambição de Cachoeira não se limita a Goiás. Se ele colocou um pé nos Estados Unidos, imagine em Brasília? — indagou o senador.

## Novo presidente do Conselho de Ética será definido hoje



Vital do Rêgo avalia possibilidade de acumular o cargo com a Corregedoria

O presidente do Senado, José Sarney, assegurou ontem que o nome do novo presidente do Conselho de Ética da Casa será definido hoje. Ele fez a afirmação após reunião com Vital do Rêgo (PMDB-PB), Renan Calheiros (PMDB-AL) e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

O cargo se encontra vago desde que o então senador João Alberto Souza (PMDB-MA) se licenciou, no ano passado. O pedido de abertura de processo contra Demóstenes aguarda a nomeação.

Convidado por Renan para

assumir o posto, o corregedor do Senado, Vital do Rêgo, informou que aguarda resposta da Secretaria-Geral da Mesa e da Advocacia-Geral do Senado sobre a possibilidade de acumular as funções.

— Ao analisar o Regimento Interno, vi uma possível incompatibilidade. O corregedor, por vezes, tem que provocar o Conselho de Ética, apresentando denúncias. Porém, é o próprio presidente do conselho que tem que julgar. Como um juiz poder julgar irregularidades apontadas por ele mesmo? — indagou Vital.

O senador admitiu que a situação de julgar um colega é desconfortável, mas disse que não se negaria a assumir a tarefa. Ele lembrou que o partido tem outros parlamentares que poderiam assumir a presidência do conselho e citou os nomes de Waldemir Moka (PMDB-MS), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Sobre a possível instalação de CPI, Vital não vê inconveniência ou sobreposição.

— O Conselho de Ética fará sua parte com as informações que tiver em mãos — afirmou.

## “Demóstenes é caso de bipolaridade”, diz Pedro Simon

Em pronunciamento ontem, Pedro Simon (PMDB-RS) classificou Demóstenes Torres (sem partido-GO) como um caso de dupla personalidade. Para Simon, a conduta pública de Demóstenes se opõe à sugerida pelas denúncias de envolvimento com o empresário Carlinhos Cachoeira.

— Deve ser um caso típico de bipolaridade porque conviviam ali dois cidadãos: o que eu conheci, a quem dou nota dez na competência, na capacidade e na dignidade, e o que está aparecendo agora, que é exatamente o contrário do que a gente poderia imaginar. Não sei como os dois conviviam, como um podia conversar com o outro.

Simon lembrou que Demóstenes sempre demonstrou atitude séria e responsável, tendo relatado proposições como o projeto que resultou na Lei da Ficha Limpa.

Embora tenha ressaltado a importância de garantir o direito de defesa a Demóstenes, Simon disse acreditar que as investigações não terminarão sem resultados. Para ele, a pressão popular fará com que o Conselho de Ética do Senado investigue as denúncias.

O senador considera que Demóstenes deveria renunciar ao mandato, não para escapar da cassação, mas para preservar a si e a sua família.



Simon diz que Demóstenes deveria renunciar para preservar família

## Para Alvaro, julgamento do mensalão pode valorizar o STF ou consagrar a impunidade

O julgamento do mensalão pode revitalizar o Supremo Tribunal Federal (STF), onde estão fincados os alicerces do Estado democrático de direito, ou representar uma “enorme frustração”, capaz de sepultar a esperança do brasileiro ao constatar a consagração da impunidade.

A avaliação foi feita ontem por Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar decla-



Alvaro é líder do PSDB

ração do ministro Carlos Ayres Britto, que assumirá a presidência do STF na próxima semana.

Ayres Britto diz que vai agir com brevidade em relação ao mensalão, providenciando a inclusão do processo na pauta de julgamento em até 48 horas, tão logo a matéria seja

disponibilizada pelo ministro-revisor do processo, Ricardo Lewandowski.

## Ana Amélia elogia compromisso de Ayres Britto de julgar processo com rapidez

Ana Amélia (PP-RS) declarou-se otimista, em pronunciamento ontem, com o desempenho do presidente eleito do STF, Carlos Ayres Britto. A senadora elogiou a entrevista de Ayres Britto publicada pela revista *Veja* desta semana.

De acordo com ela, o ministro demonstrou “posicionamento corajoso e firme” ao tratar de temas polêmicos, como



Senadora está otimista

o julgamento do mensalão. — Quando vemos os crimes de corrupção sem a apuração correta e sem o julgamento dos responsáveis, temos a sensação de impunidade, quase como se os Poderes da República admitissem a ação livre dos corruptos e dos corruptores.

Na entrevista, Ayres Britto diz que o processo será tratado com rapidez.

Especialistas relacionam aumento de acidentes de trânsito e de congestionamentos ao maior número de veículos individuais nas ruas



Otavio Vieira da Cunha Filho, Paulo Paim, Luiz Festino e Maria Rosa Abreu participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos

## Transporte coletivo integrado pode reduzir crise de mobilidade urbana

SEM POLÍTICAS PÚBLICAS que assegurem opções eficientes de transporte coletivo urbano e com o aumento nas vendas de carros devido à elevação do poder aquisitivo dos brasileiros e a incentivos à indústria de automóveis, o país enfrenta uma grave crise de mobilidade, disseram especialistas em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Otávio Vieira, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, informou que, em 1977, sete em cada dez brasileiros se deslocavam por meio de transporte público. Em 2009, metade da população já usava o transporte individual.

— Acredito que hoje seja

mais de 60% e não sabemos a quanto isso chegará em 2020. Até lá as cidades estarão efetivamente paradas, se alguma coisa não for feita para melhorar essa questão — alertou.

Também Nazareno Stanislaw Affonso, coordenador do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade, lamentou a falta de prioridade para o transporte público no país.

— O investimento para viabilizar a aquisição de automóveis foi gigantesco, mas o uso do automóvel é um modelo falido. Os que têm carro vão ver que, se levavam 20 minutos [para chegar ao trabalho], vão levar 40 ou 50 minutos — disse.

Para Ernesto Galindo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “não se

trata de restringir a compra ou produção de veículos, mas o transporte individual não consegue atingir eficiência de uso de espaço público, uso energético e redução de acidentes, como o transporte público consegue”.

### Integração

No debate, os especialistas defenderam a combinação de opções de transporte, como sistemas rápidos de ônibus com linhas de metrô, vias para bicicleta e adequação de calçadas para pedestres.

Para Maria Rosa Abreu, da Universidade de Brasília (UnB), é preciso implementar, nas grandes cidades, a integração física dos modais de transporte coletivo, interligando ciclovias, aquavias e

ônibus locais, com estações de metrô e de trens regionais. Ela destacou ainda a importância da integração tarifária, com cartões de uso semanal, mensal ou mesmo anual, adquiridos com descontos.

— Nosso país está na contramão — disse.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) acrescentou a educação às soluções de engenharia e tecnologia para os problemas de transporte.

— Progresso não se mede pelo maior número de pessoas que têm carros, mas pelo menor número de horas que se perde no trânsito — disse.

Para o senador, também é preciso educar os governantes, para que eles façam escolhas de modais de transporte buscando o bem-estar da população.

## Debatedores pedem espaço para pedestres e ciclistas

Para melhorar e baratear o transporte público no Distrito Federal, o jornalista Carlos Penna — um dos responsáveis pelo blog *O Eco* — defende que os habitantes possam “montar a sua própria linha”, combinando trechos integrados de metrô, ônibus e vans.

— No final do dia, um sistema eletrônico *on-line* dividiria as receitas entre as partes. É exatamente por essa razão que as empresas de ônibus que operam no DF fogem da integração: elas teriam a obrigação de abrir sua contabilidade e enfrentar a concorrência de outros meios — disse.

O jornalista disse que, apesar das críticas sofridas pelas vans, o meio é necessário para trechos curtos, mas ressaltou que elas não devem ser usadas para concorrer com os transportes de massa destinados a longas distâncias.

Quanto ao problema ambiental, Penna defendeu o uso de “alternativas não poluentes”, como metrô, ônibus eletrônico e veículo leve sobre

trilhos (VLT). Citou ainda a bicicleta como uma opção efetiva para quem não tem condição de pagar “os altos preços do transporte público”.

Sobre os acidentes de trânsito, o jornalista disse que representam o “custo social” do transporte individual e que “o vitimado é sempre o mais fraco: o pedestre, o ciclista e o motociclista”.

— O índice de pessoas mortas por dia nas guerras do Vietnã e da Bósnia era menor do que o de mortos por dia no trânsito do Brasil — afirmou Penna.

O presidente da ONG Rodas da Paz, Uirá Felipe Lourenço, também atribuiu o elevado índice de acidentes de trânsito ao grande número de veículos de uso individual no país e pediu uma distribuição mais justa dos espaços das cidades.

— Os motoristas têm vias contínuas, mas o pedestre nem sempre tem uma calçada, e o ciclista não tem ciclovia ou ciclofaixa que o leve de um ponto ao outro — declarou.

## Diretrizes de política nacional entram em vigor nesta sexta

A Lei da Mobilidade Urbana, que foi sancionada em janeiro e que entrará em vigor este mês, foi destacada durante a audiência por Nazareno Affonso, do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade. A Lei 12.587/12 institui diretrizes de uma política nacional que preveja prioridade aos modos de transportes não motorizados e aos serviços de transporte público coletivo e determina “a integração entre os modos e serviços de transporte urbano e a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade”.

— As prefeituras deverão definir regras do transporte urbano local e o governo federal poderá aportar recursos para iniciativas que atendam as diretrizes da Lei da Mobilidade. Cidades com mais de 20 mil habitantes deverão ter planos diretor e de mobilidade urbana construídos pela sociedade civil organizada, por meio de órgãos colegiados — frisou.

Os debatedores também defenderam o PLC 310/09, que prevê a adoção de incentivos para o transporte público urbano e metropolitano, como isenção de contribuições e a desoneração da folha de pagamento das empresas que atuam no setor. O projeto tramita atualmente na Comissão de Infraestrutura (CI) e precisa ainda passar pela votação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente do Sindicato dos Mototaxistas do Distrito Federal, Luiz Carlos Galvão, e o secretário-geral da Federação Nacional dos Metroviários, Luciano Soares Costa, pediram também a regulamentação das profissões que representam. Para os metroviários, já há um projeto sobre o tema (PL 115/07), em tramitação na Câmara. Também participou da reunião Luiz Festino, que representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres e a Nova Central Sindical de Trabalhadores.

## Vital vai relatar projeto da Lei Geral da Copa

Vital do Rêgo (PMDB-PB) informou ontem que será o relator do projeto da Lei Geral da Copa (PLC 10/12) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 28 de março.

O projeto disciplina os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol (Fifa) na realização da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013 no Brasil, além de estabelecer privilégios temporários para a entidade e seus associados durante os eventos.

— Eu pedi para relatar a Lei Geral da Copa. É um tema que gosto, é um tema que quero trabalhar.

A Lei Geral da Copa será examinada também pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), antes de ser votada pelo Plenário.

## Cristovam votará contra bebida nos estádios

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou ontem que votará contra a venda de bebidas nos estádios, possibilidade aberta pelo projeto da Lei Geral da Copa.

— Em muitos lugares, inclusive no Brasil, os jogos de futebol têm sido um espaço de violência, que a gente sabe, é muito incentivada pelo consumo de álcool por uma quantidade grande de pessoas — afirmou.

Embora a regra geral que permitia a venda de bebidas nos estádios tenha sido retirada do texto durante a tramitação na Câmara, foi mantido artigo que suspende normas do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) sobre o tema.

Como o estatuto é genérico sobre a venda de bebidas, os estados regulamentaram o assunto de maneira diferente, o que significa que a Fifa poderá negociar com cada um deles.



Álcool contribui para violência nos estádios, avalia o senador

## Mais duas medidas provisórias chegam ao Congresso

O Congresso Nacional recebeu ontem as medidas provisórias (MPs) 563/12 e 564/12. As duas devem passar por comissão mista do Congresso, para análise dos requisitos de urgência e relevância, cumprindo determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A previsão é de que sejam apreciadas pelo Senado entre os dias 2 e 15 de maio, depois de passar pela comissão mista e pela Câmara dos Deputados.

A MP 563/12 altera a alíquota das contribuições previdenciárias para empresas de alguns setores; institui programa de incentivo à inovação tecnológica para empresas de automóveis; e trata do regime especial de tributação do Programa Nacional de Banda Larga. Também aborda questões de saúde, como a instituição do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.

Já a MP 564/12 inclui novos ramos de empresas no Programa Revitaliza, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dispõe sobre financiamento às exportações indiretas. A MP também autoriza o Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. (ABGF) e a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto.

Atualmente, há uma comissão mista em funcionamento no Congresso para análise da MP 562/12, que prevê o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) a instituições comunitárias que atuam na educação rural.

# Pacote de estímulo aos estados deve ser votado esta semana

Uniformização de ICMS interestadual de importados será analisada amanhã em duas comissões e pode seguir para Plenário com urgência

UM CONJUNTO DE medidas para assegurar aos estados maior capacidade de investimento, equilíbrio nas contas e justiça tributária poderá ser votado nesta semana pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que há acordo com o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), para votar a uniformização das alíquotas interestaduais do ICMS de produtos importados, a repartição do imposto no comércio eletrônico e o indexador da dívida dos estados.

A uniformização do ICMS interestadual de importados é prevista em projeto de resolução do Senado (PRS 72/10), de Romero Jucá (PMDB-RR). Ele informou que a proposta deve ser votada amanhã pela CCJ, apesar do relatório contrário de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Há também voto em separado de Armando Monteiro (PTB-PE) pela

constitucionalidade. Na CAE, Delcídio marcou também para amanhã reunião extraordinária sobre o projeto. Caso seja aprovada, a proposta deve seguir no mesmo dia para o Plenário, em regime de urgência.

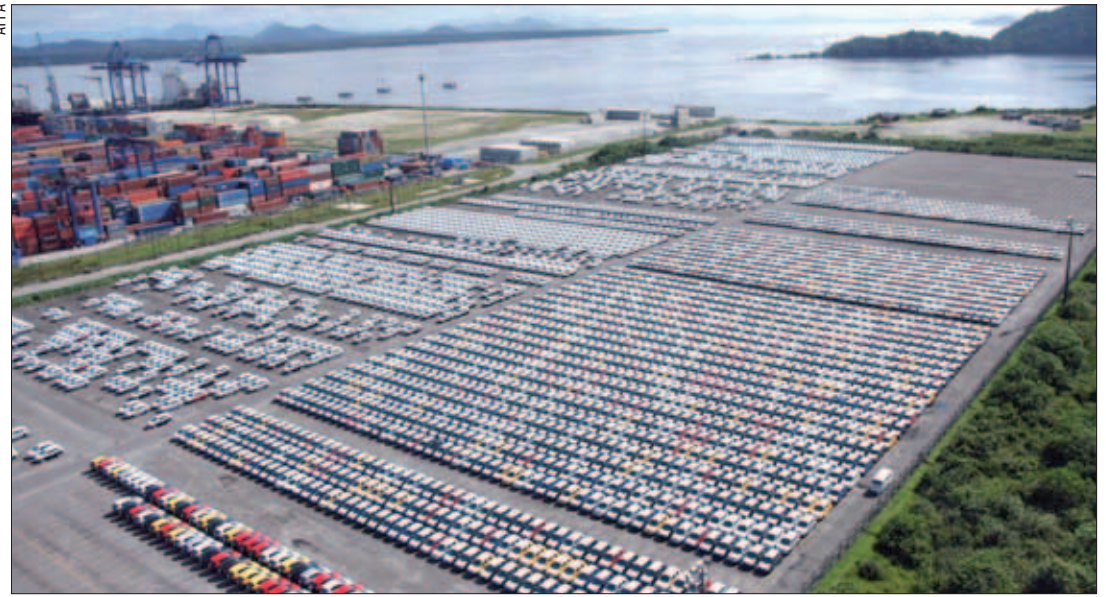
A fim de acabar com a chamada guerra dos portos, o projeto zera a alíquota interestadual do ICMS sobre importados. No relatório que

poderá apresentar na CAE, no entanto, Delcídio define uma alíquota mais aceitável pelos estados. O governo defende 4%.

O Executivo, que apoia a unificação das alíquotas para estimular a recuperação da indústria nacional, aceitou a troca do indexador da dívida dos estados — hoje o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais

juros reais — pela taxa Selic. Assim, essas unidades federativas teriam mais recursos para equilibrar suas contas e fazer investimentos públicos.

Questionado sobre o instrumento legal a ser usado para assegurar a troca do indexador, Eunício disse que a mudança poderá constar do texto do PRS 72/10, mas informou que há estudos sobre a melhor forma de promovê-la.



O Porto de Paranaguá tem registrado altas nas importações de automóveis, graças aos incentivos fiscais do Paraná

## Comércio eletrônico amplia a guerra fiscal sobre ICMS

No comércio eletrônico, a repartição do ICMS entre estados vendedores e consumidores é outro capítulo da guerra fiscal. Começou quando 19 unidades federativas passaram a exigir parte desse ICMS. Como o imposto já é cobrado na origem, entidades empresariais questionaram a superposição. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Em julgamento semelhante, o STF já suspendeu a eficácia de uma lei do Piauí que cobrava o ICMS dos consumidores piauienses que faziam compras em sites de outros estados.

Há três propostas de emendas à Constituição (PECs) na CCJ. A PEC 56/11, de Luiz

Henrique (PMDB-SC), e a PEC 113/11, de Lobão Filho (PMDB-MA), atribuem, aos estados destinatários dos produtos vendidos em comércio eletrônico, a diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna. Já a PEC 103/11, de Delcídio, cria regra de transição pela qual os estados consumidores ficariam com 70% do ICMS. As PEC 103 e 113 são relatadas por Armando Monteiro, e a PEC 56, por Renan Calheiros (PMDB-AL).

A mudança é defendida por vários senadores sob o argumento de que, quando o modelo do ICMS foi instituído, em 1988, o comércio eletrônico ainda não existia.

## Pimentel prevê entendimento para uniformização do imposto

José Pimentel (PT-CE) disse ontem que parlamentares, governo federal e estados estão tentando entendimento para votar o PRS 72/10.

O modelo acertado unifica em 4% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com importados.

— Os incentivos fiscais são válidos, mas não podem provocar mais desigualdades entre unidades da Federação — disse Pimentel.

Em relação à dívida dos estados, o senador lembrou que, quando as atuais regras foram pactuadas, a realidade do país era diferente. De



Waldemir Barrato/Agência Senado

acordo com ele, a inflação alta e a elevada taxa Selic tornavam o ambiente instável, mas agora esse acordo compromete as finanças estaduais.

— Uma mudança do índice atual para um índice igual à taxa Selic, principalmente com sua tendência de queda, será benéfica para todos — sugeriu.

Sobre o comércio eletrônico, afirmou que a cobrança atual, feita apenas no estado de origem da operação, prejudica alguns estados. Por isso, espera que sejam analisadas em conjunto pela CCJ as três PECs sobre o assunto.

## Russo cobra estímulos ao turismo

Antonio Russo (PR-MS) cobrou ontem medidas para estimular o turismo. Ele acredita que o setor não ocupa um lugar compatível com o potencial do país.

Russo explicou que o turismo é um dos setores que mais geram renda, sendo responsável por cerca de 2,8 milhões de empregos diretos no Brasil.

— É preciso investir mais na



Waldemir Barrato/Agência Senado

profissionalização e avaliar diferenciais nos grandes destinos mundiais. Segundo o Banco Central, os gastos dos turistas brasileiros lá fora bateram recorde no primeiro bimestre deste ano — disse o senador.

Para ele, o país precisa aproveitar a grande oportunidade de eventos como Copa do Mundo, Copa das Confederações e Olimpíadas.

## Ângela: prioridade à ZPE de Boa Vista

Ângela Portela (PT-RR) pediu ontem a inclusão da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Boa Vista entre as consideradas prioritárias pelo governo federal. Segundo a senadora, o projeto é de extrema

importância para a geração de emprego e renda na capital roraimense.

Para ser instalada, a ZPE precisa de aporte financeiro do governo



Waldemir Barrato/Agência Senado

federal, necessário à instalação da infraestrutura básica. A ZPE terá capacidade para 200 indústrias e deve gerar 10 mil empregos diretos somente na iniciativa privada.

Ângela pediu a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 526/11, que amplia a fatia da produção das ZPEs que pode se destinar ao mercado interno sem pagamento de Imposto de Importação.

## Rodrigo Rollemberg lamenta “situação de abandono” de Brasília

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou ontem, em pronunciamento no Plenário, a situação da capital do país, classificada por ele como “de completo abandono”. O senador disse que o sentimento quase unânime da população do Distrito Federal é de tristeza, indignação e decepção. Segundo o senador, no mês em que Brasília comemora 52 anos, o que se vê é a degradação da qualidade de vida da cidade.

— Estamos vivendo uma sensação de abandono. Em qualquer lugar para o qual olhamos, a situação beira a tragédia.

Rollemberg disse que a violência aumentou em 2011 em relação a 2010, com 13% de elevação no número de homicídios, 26% no de estupros e 33% no de ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas. Ele informou que houve 722 assassinatos no ano passado.

— O mais trágico e assustador é que, ao que tudo indica, o ano de 2012 vai superar o ano de 2011. É um cenário de guerra civil — disse o senador, registrando que, só em março deste ano, houve 88 homicídios no DF.

Segundo o senador, não há indicação de que o governo do Distrito Federal esteja fazendo algo para mudar a situação. Na visão de Rollemberg, as invasões em áreas de proteção ambiental, o aumento das “cracolândias”, a “operação tartaruga” da Política Militar e a greve de professores aumentam a degradação de Brasília.

O parlamentar contou que a bancada do DF no Senado já se colocou à disposição do governador Agnelo Queiroz (PT) para colaborar em ações. No entanto, afirmou, não houve sequer uma convocação.

Rollemberg ainda lamentou que, dos 30 administradores regionais de Brasília, 13 não morem na cidade. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que Agnelo faz um governo “emperrado”.

Opinião é de especialistas que foram ouvidos ontem em audiência pública no Senado. Eles defenderam maior articulação entre os governos federal, do DF, de Goiás e de Minas para enfrentar problemas da região

# Entorno precisa de ações conjuntas na educação

O FUTURO DA educação básica, técnica e superior na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF) — formada por 30 regiões administrativas do DF, 19 municípios de Goiás e três municípios de Minas Gerais — depende de planejamento e ações articuladas entre os governos federal e dos estados.

O diagnóstico foi feito na segunda audiência pública do ciclo de debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre alternativas para o

desenvolvimento autossustentável e a geração de emprego e renda no Entorno do DF, realizada ontem.

Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília Célio da Cunha, é preciso buscar articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE). Ele também apontou como necessárias, entre outras ações, a universalização da educação básica, o resgate das escolas-parque (em tempo integral), a diversificação do ensino médio, a ampliação da rede de escolas técnicas

e a oferta de vagas noturnas nas universidades públicas.

Cunha sugeriu ainda a criação de centros de residência pedagógica no Entorno do DF, dedicados a capacitar, em escolas-modelo, professores recém-formados ou contratados antes de sua inserção em sala de aula.

Segundo o representante da Secretaria de Educação de Goiás, José Frederico Lyra Netto, o governo estadual já decidiu exigir o cumprimento do estágio probatório dos novos professores concursados em centros de residência.



Rollemberg (2º à esq.) informa que DF está entre as três unidades da Federação com maior número de repetentes

## Diferença salarial favorece desequilíbrio

Outro desafio educacional na Ride-DF, segundo José Frederico Lyra Netto, da Secretaria de Educação de Goiás, é a disparidade salarial entre os professores do Distrito Federal, mais bem-remunerados, e os que atuam nos municípios do Entorno.

O desequilíbrio tem afastado os profissionais da sala de aula, fuga que o governo de Goiás pretende enfrentar com remuneração diferenciada para quem trabalhar em tempo integral e nas escolas “mais desafiadoras”, localizadas nessa região.

Para o representante da Escola de Educação Popular do Distrito Federal e Entorno, Rodrigo Garcia, o levantamento

das necessidades educacionais da região deve preceder o planejamento de ações integradas. Dedicado à formação de beneficiários de programas sociais, quilombolas, indígenas, catadores, moradores de rua e desempregados, o educador popular defendeu a disseminação da educação integral no Entorno e a descentralização do ensino superior público na região.

### Greve

Autor da proposta do ciclo de debates sobre o Entorno do DF, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou a ausência de um representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que já

enfrenta 30 dias de greve dos professores. Segundo o sindicato da categoria, o impasse persiste pelo descumprimento de dois pontos do acordo com o governo: envio de projeto de lei para reestruturação do plano de carreira e oferta de plano de saúde para os professores.

— O transtorno causado pela greve é terrível, principalmente para as crianças e suas famílias. Devemos insistir no diálogo — disse Rollemberg.

O senador citou dados do relatório *Todos pela Educação* indicando a existência de quase 40 mil crianças e jovens fora da escola e a inserção do DF entre as três unidades da Federação com maior número de repetentes.

## Site do Jovem Senador traz informações do concurso de redação

Está disponível, desde ontem, o site do projeto Jovem Senador ([www.senado.gov.br/jovemsenador](http://www.senado.gov.br/jovemsenador)), com informações sobre o 5º Concurso de Redação do Senado Federal. O concurso é o critério de seleção para que os estudantes participem do projeto.

Este ano o tema da redação é “Meu município, meu Brasil”. Os estudantes classificados em primeiro lugar nos 26 estados e no Distrito Federal conquistam o direito de atuar como “senadores”, elaborando proposições, em um “mandato” de três dias.

Os finalistas também serão premiados com *notebooks*, medalhas, certificados e divulgação da sua redação em publicação produzida pelo Senado. As escolas dos três primeiros colocados na etapa nacional ganharão computadores para uso coletivo.

O concurso é voltado para alunos do ensino médio da rede pública dos estados e do Distrito Federal. Para participar, basta que a escola envie a redação escolhida à Secretaria de Educação do Estado até 31 de agosto. A Secretaria avaliará as dissertações e elegerá, até 28 de setembro, o melhor texto para representar o estado na etapa nacional.

No Senado, os estudantes finalistas serão acompanhados por uma comissão de oito senadores: Cyro Miranda (PSDB-GO), João Vicente Claudino (PTB-PI), Vicentinho Alves (PR-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Kátia Abreu (PSD-TO) e Paulo Davim (PV-RN).

O concurso e o projeto fazem parte do Programa Senado Jovem Brasileiro, que visa estimular estudantes a conhecerem o processo legislativo e manterem um relacionamento permanente com o Senado.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Comissão vai debater prevenção de acidente de trabalho no país

O Dia Mundial em Memória de Vítimas de Acidentes de Trabalho, celebrado em 28 de abril, será tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, por requerimento de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem.

No Brasil, os acidentes de trabalho se concentram nas áreas de transporte e construção civil, tornando o país o quarto no mundo nesse tipo de ocorrência, com mais de 700 mil casos em 2010, à frente da China, Estados Unidos e Rússia, assinalou o senador.

Paim destacou que este mês marca a mobilização internacional contra as doenças laborais e que, no Brasil, esses acidentes custam R\$ 32 bilhões aos cofres públicos. De cada cinco acidentes fatais, quatro ocorrem em empresas terceirizadas, onde atuam oito entre dez trabalhadores acidentados no país.

### Quilombolas

A CDH também vai debater o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de ação direta de inconstitucionalidade contra a demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas.

O Decreto Legislativo 186/08, que trata das diretrizes apresentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Direitos de Terceira Geração das Pessoas com Deficiência, será também tema de audiência, por requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Foi aprovada ainda, na reunião de ontem na CDH, proposta de Paim para discutir decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de inocentar um homem do estupro de três meninas de 12 anos em São Paulo, alegando que elas se prostituíam.

Em audiência na CRE, debatedor alerta para o fato de que a Copa do Mundo e as Olimpíadas podem dar visibilidade a eventuais ataques

# Brasil também é vulnerável ao terrorismo, diz especialista

O ESPECIALISTA EM inteligência, crime organizado e terrorismo Márcio Paulo Buzanelli salientou ontem que é falsa a impressão de que atentados terroristas são uma ameaça distante do Brasil. Ele alertou para a visibilidade que eventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 darão a eventuais ataques. Também lembrou que a globalização e a facilidade das viagens aéreas facilitam a realização de ações em qualquer parte.

Buzanelli participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida por Fernando Collor (PTB-AL).

Ele observou uma tendência clara no sentido da manutenção da ameaça, especialmente da parte de grupos islâmicos radicais. Atualmente, segundo ele, a estratégia da Al-Qaeda e de outras organizações terroristas tem se voltado a numerosos e pequenos atentados.

Além da preocupação com os grandes eventos no Brasil, incluindo a visita do papa em 2013, o especialista não descarta a possibilidade de brasileiros envolvidos na exploração de petróleo na África Ocidental serem alvo de ataques. Também o Código Penal brasileiro foi criticado por ser antiquado e não tipificar o terrorismo, apesar de o país ser signatário de convenção

da ONU nesse sentido.

A guerra cibernética também é uma ameaça, enfatizou o general de divisão José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber). Ele citou opinião do especialista em contra-terrorismo Richard Clarke, que considera que a guerra cibernética já é uma realidade e inclui todas as fases de uma guerra convencional.

Explicando a Estratégia Nacional de Defesa, o general informou que coube ao Exército a coordenação da defesa cibernética por ter uma presença mais distribuída pelo território, mas salientou que a segurança de computadores e redes é uma questão transversal, que envolve toda a sociedade. Santos lamentou que persista a carência em investimentos em ciência e tecnologia no Brasil.

O professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) Jorge Henrique Fernandes destacou que a sociedade está cada vez mais dependente de computadores e *softwares*, o que causa potenciais vulnerabilidades. Para ele, os problemas enfrentados por sistemas militares — como o controle da distribuição de energia e a supervisão de transporte — são maiores em nações com sistema de defesa



Analistas ouvidos na CRE, presidida por Collor (C), lembram a guerra cibernética

altamente desenvolvido.

Bo Mathiasen, representante das Nações Unidas, mostrou números que revelam o deslocamento no mercado de drogas nos últimos dez anos. Enquanto verificou-se a redução no consumo de cocaína nos Estados Unidos, outros mercados cresceram.

Segundo ressaltou, persistem os desafios de combater a corrupção e a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas, além de proteger as fronteiras do Brasil.

Leia mais sobre a defesa nacional e o ciclo de debates da CRE na última edição da revista *Em Discussão!*, no endereço <http://bit.ly/EmDiscussao10>.

## Anibal comemora autorização para regularização de haitianos

Os 267 haitianos que se encontram na cidade peruana de Iñapari, na fronteira com Assis Brasil (AC), e que entraram no Peru entre 13 e 31 de janeiro poderão ser regularizados no Brasil, informou Anibal Diniz (PT-AC). Segundo o senador, o Executivo decidiu autorizar a concessão de documentos

de imigração “por razões humanitárias” ao grupo. Depois de regularizados, os haitianos poderão conseguir registro no Ministério do Trabalho para buscar emprego formal.

Anibal destacou que o processo está aberto apenas aos haitianos que ficaram “ilhados” naquele período, pois não

podiam entrar no Brasil nem tinham como voltar para a sua pátria. O senador acrescentou que os 363 haitianos que estão irregulares em Tabatinga (AM) também deverão ser beneficiados com a regularização nos próximos dias e pediu que aos empresários que deem emprego aos migrantes.



Anibal pede empregos para migrantes

## Número de acidentes aéreos voltou a crescer, alerta Vicentinho



Frederico Felipe (F), Vicentinho e Pellegrino na Subcomissão da Aviação Civil

O Brasil já teve mais de 40 ocorrências de acidentes aéreos em 2012. Em 2011, foram computadas 156 ocorrências, 41% a mais que em 2010, alertou o presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, Vicentinho Alves (PR-TO), em audiência.

A quantidade de acidentes, porém, caiu muito desde que começou um programa de conscientização sobre noções básicas de segurança em aeroclubes, de acordo com o agente de segurança de voo Ronaldo Jenkins de Lemos. Em 1983, antes do início do programa,

houve 421 ocorrências.

O diretor de Operação de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Carlos Eduardo Pellegrino, afirmou que o Brasil foi aprovado na auditoria realizada pela Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) em 2009. Segundo ele, o país atingiu 87% de adesão aos regulamentos da Oaci, enquanto a média mundial é de 58,6%. Pellegrino ainda observou que auditoria realizada pela Agência de Aviação dos Estados Unidos aprovou a atuação da Anac, e destacou atividades implantadas

pela agência brasileira para controle das horas voadas por comandantes e da certificação de aeroviários, aeronautas e empresas de aviação.

O coronel-aviador Frederico Felipe, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), disse que as investigações sobre um acidente fatal ocorrido durante voo de parapente no Rio de Janeiro, há duas semanas, demoram porque são pormenorizadas, mas garantiu que a duração está compatível com a de investigações realizadas em outros países.

# Regra de 1999 “corrói” aposentadorias

Antes de se aposentar por tempo de contribuição com o INSS, faça as contas: o fator previdenciário chega a deixar a aposentadoria 50% menor do que o salário da ativa

Ricardo Westin

NO BRASIL, O requisito básico para entrada na aposentadoria é a idade — os homens podem se aposentar aos 65 anos; as mulheres, aos 60. Uma segunda regra permite que muitos se aposentem antes. É o tempo de contribuição com o INSS — os homens, após contribuir por 35 anos; as mulheres, após 30.

A regra foi elaborada para beneficiar as pessoas que começaram a vida profissional cedo. Evita que sejam forçadas a trabalhar anos demais. Seria irretocável se não fosse por um senão. A aposentadoria fica consideravelmente mais baixa que o salário da ativa — 30%, em média. No pior cenário, a renda do aposentado encolhe 50%.

O desconto brutal é provocado pelo fator previdenciário, uma fórmula instituída em 1999, no governo FHC, para desestimular as aposentadorias precoces. Se muitas pessoas que trabalham desde jovens contam os dias para a aposentadoria, é porque ignoram que o redutor as aguarda no final.

— É como um consórcio. Você passa a vida inteira pagando as prestações de uma Ferrari, mas no final recebe um Fusca. É inaceitável — compara Moacir Meirelles de Oliveira, presidente interino da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

## Mão pesada

Quanto mais longe da idade mínima (65 ou 60 anos) a pessoa se aposenta, mais pesada é a mão do fator previdenciário.

Vale lembrar que aposentadoria é prejuízo mesmo em condições normais. O trabalhador perde vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde. No setor privado, além disso, não existe aposentadoria superior a R\$ 3.916, o teto do INSS.

O fator previdenciário acabou não tendo o efeito desejado pelo governo. As pessoas não estão adiando a aposentadoria. A idade média no momento de pedir o benefício é de 53 anos.

Tão logo passam a receber do INSS, essas pessoas conseguem um novo emprego. Caso prefiram, nem sequer deixam o último trabalho. Assim, acumulam duas fontes de renda: aposentadoria e salário.

Isso é perfeitamente legal. Estão nessa situação 800 mil brasileiros, incluindo o motorista de ônibus José Severino da Silva, de 54 anos. Ele, que trabalha desde os 17, aposentou-se no ano passado. Sua aposentadoria é de R\$ 1.600, inferior aos R\$ 2.300 do salário

da ativa. Ele não se resignou: mesmo aposentado, não deixou os ônibus de Brasília.

— Se vivesse só da aposentadoria, eu não conseguiria manter a casa, bancar a faculdade do filho e pagar um bocado de contas. Sorte que tenho saúde.

O tiro do governo saiu pela culatra. Em vez de inibir, o fator estimula a aposentadoria precoce. Na prática, o benefício do INSS vira uma renda extra. Isso é tentador no curto prazo.

Mas não no longo prazo. Mais tarde, já idosas e sem a mesma disposição para o trabalho, essas pessoas perderão o salário e terão só a aposentadoria.

## Geni

Além de já estar corroída pelo fator previdenciário, a aposentadoria não sofrerá aumento. Os anos de contribuição com o INSS no segundo período de trabalho de nada servem. A lei não permite recálculo da aposentadoria. A contribuição desembolsada todo mês pelo aposentado que continua trabalhando apenas abastece os cofres da Previdência Social.

Em suma: quando pararem de trabalhar definitivamente, sofrerão um golpe ainda mais devastador no orçamento.

O fim do fator é reivindicação dos sindicatos. Até o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, afirma que deseja derrubá-lo.

— Todo mundo atira nesse fator, que é a Geni do sistema previdenciário. Ele é maldito — diz o ministro, citando a célebre música de Chico Buarque.

O Congresso estuda projetos que o sepultam. O mais adiantado (PLS 296/03) é do senador Paulo Paim (PT-RS) — passou no Senado e já pode ser votado no Plenário da Câmara.

— Não há fator para o servidor público, que tem aposentadoria de até R\$ 27 mil. Só vale para o trabalhador da iniciativa privada, que não recebe mais que R\$ 3.900. Adivinhe quem paga a aposentadoria integral do servidor público... O fator tira dos pobres e dá aos ricos — explica Paim.

Enquanto o redutor resiste, o trabalhador pode tomar dois caminhos. Ou adiar a aposentadoria — quanto mais anos extras trabalhar, menor será o efeito do fator previdenciário.

Ou aposentar-se, voltar a trabalhar e recorrer à Justiça pedindo a “desaposentação” — renunciar provisoriamente à aposentadoria, para adiante recebê-la recalculada, mais polpuda (algo que não está na lei). Os tribunais têm sido sensíveis a esse tipo de demanda.



Fila em agência do INSS: 800 mil brasileiros acumulam aposentadoria e salário, isto é, aposentam-se e seguem trabalhando

## Governo poupa R\$ 40 bi com redutor

Trabalhadores, empregadores, aposentados, governo e parlamentares, todos abominam a corrosão que o fator previdenciário impõe às aposentadorias. Apesar do repúdio unânime, sua extinção caminha a passos lentos.

O entrave é, obviamente, financeiro. Desde 1999, ano em que o redutor foi instituído, os descontos nas aposentadorias permitiram à Previdência Social economizar o considerável montante de R\$ 40 bilhões.

Em 2010, o Congresso aprovou uma proposta que enterrava o fator. Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente na época, vetou. O argumento foi o rombo que a mudança provocaria nas contas da Previdência.

## Regra 85-95

A equipe econômica do governo só aceita abrir mão de toda aquela economia se houver uma nova regra no lugar. O substituto do fator previdenciário terá que ser menos duro com o trabalhador, mas deverá preservar o objetivo de frear a aposentadoria precoce.

Um exemplo ajuda a explicar por que a aposentadoria precoce é indesejável do ponto de vista financeiro. Imagine-se um homem que viverá 80 anos. Se parar de trabalhar aos 65, terá 15 anos de aposentadoria para receber do INSS. Se parar de trabalhar antes, aos 55, terá 25 anos de aposentadoria. O governo gastará muito mais

### As aposentadorias

TIPO	BENEFICIÁRIOS
Idade mínima	♂ 65 anos ♀ 60 anos
Tempo de contribuição	♂ 35 anos ♀ 30 anos
Invalidez	

8,5 milhões (52,5%)
4,7 milhões (29%)
3 milhões (18,5%)

### O fator previdenciário

É uma fórmula matemática que reduz o valor da aposentadoria de quem para de trabalhar por tempo de contribuição, antes de completar idade mínima

APOSENTADORIA	
CONTRIBUIÇÃO	35 anos
IDADE	30 anos — 65 anos
CONTRIBUIÇÃO	35 anos
IDADE	16 anos — 51 anos

100%
60%

O fator leva em conta a idade da aposentadoria em relação à expectativa de vida dos brasileiros. Na prática, hoje, a aposentadoria é integral quando o beneficiário está próximo da idade mínima

Fonte: Ministério da Previdência Social

dinheiro na segunda hipótese.

As discussões atuais giram em torno de uma regra simples, conhecida como 85-95. Para ter direito à aposentadoria integral, os homens precisariam ter 95 anos na soma da idade com a contribuição. As mulheres, 85. Sendo a soma inferior a esses números, aí sim se aplicaria um novo fator, mais brando que o atual.

Hoje, um homem que se aposenta com 56 anos de idade e 39 anos de contribuição (a soma dá 95) perde 17% do salário da ativa. Pela regra aventada, não perderia nada.

Essa proposta não vai adiante porque carece de consenso entre as centrais sindicais.

Cada uma atira para um lado.

A Força Sindical propõe uma regra parecida, a 80-90. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) apoia a 85-95 — na soma dos anos, entretanto, defende que se inclua o tempo em que o trabalhador recebeu seguro-desemprego.

— O ideal seria que não existisse fator previdenciário nenhum, que o trabalhador não fosse prejudicado nem muito nem pouco. Mas temos de ser realistas e pensar na sustentabilidade da Previdência — explica o presidente da CUT, Artur Henrique.

O governo diz que só patrocinará uma proposta que for consensual entre os sindicatos.

### Saiba mais

Conheça os diferentes pesos do fator previdenciário  
<http://bit.ly/fatorPrevidenciario>

Saiba o que é a “desaposentação” e como a Justiça a vê  
<http://bit.ly/desaposentacao>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)